

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O SENTIDO DA MUDANÇA CULTURAL

Moisés de Lemos Martins

Docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Introdução

O ideal de uma comunidade científica universal a ser instaurada pelas novas tecnologias da informação, foi colocado recentemente nos seguintes termos por António Fidalgo (1996): “De certo modo a revolução científica dos séculos xvii e xviii está para a fundação das academias de ciências como a redescoberta da ciência grega está para a criação das universidades medievais” (p. 40); mas são “os novos meios de comunicação que potenciam à escala universal o espírito científico tal como foi realizado pelas universidades medievais e pelas academias do iluminismo” (p. 41). Ou seja, graças aos novos meios de comunicação, à universalização da ciência e da comunidade científica, ao espírito de livre circulação de ideias, saberes e pessoas, que não passava de um sonho do passado, torna-se hoje uma realidade.

António Fidalgo fala com entusiasmo do mundo novo da sociedade da comunicação generalizada aberta pelas novas tecnologias da informação, e nesse entusiasmo abraça dois momentos da história ocidental, que lhe parecem imbuídos do mesmo espírito, a Idade Média e o Iluminismo.

Na Idade Média dá-se a redescoberta dos manuscritos gregos e árabes, que haviam seguido para o Oriente com os cristãos heréticos (monofisitas e nestorianos) e os judeus perseguidos por Bizâncio. Deste modo, Aristóteles, Euclides, Ptolomeu, Hipócrates, Galiano, por muitos anos refugiados nas escolas e nas bibliotecas muçulmanas, estão agora de regresso à Europa e vão colocá-la em permanente sobressalto intelectual e religioso. As universidades competem entre si pelo ensinamento das obras pagãs, comentando filosofias e cosmologias que contrariam a verdade dogmática da Igreja. Os estudantes e os mestres andam num frenesim intelectual, circulando à aventura numa Europa unida pela religião e pela língua.

Por sua vez, é com a fundação das academias científicas nos séculos xvii e xviii que o paradigma científico moderno, de Copérnico, Galileu, Leibniz e Newton, acha forma de se fazer conhecido. As academias promovem o debate das ideias patrocinam jornais científicos, divulgam o conhecimento. Saliente-se, entretanto, a importância dos serviços postais na difusão da ciência moderna. Os homens do iluminismo fazem largo uso dos serviços da malaposta. António Fidalgo (1996:41) refere que Voltaire terá escrito cerca de 20 000 cartas e Leibniz cerca de 10 000. O latim ainda permanece a língua franca, embora seja crescente a influência do francês, que por momentos pôde ocupar o espaço que é hoje da língua inglesa.

Universalização da vivência e da comunidade científica. É já esse o sonho das universidades medievais e das academias iluministas. Seriam no entanto os novos meios de comunicação, explicitamente o correio electrónico (*e-mail*), o protocolo de transferência de ficheiros (*ftp*), a ligação remota a computadores (*telnet*), e sobretudo a rede em hipertexto (*world wide web*), que o tornariam realidade. António Fidalgo

deposita aí a sua esperança: os diferentes serviços da Internet, essas novas tecnologias de informação que a associação das telecomunicações e da informática tornou possíveis abrem-nos as portas de uma ciência e de uma comunidade científica universais.

A Internet aparece então como a realização dos mitos que a “árvore do conhecimento” e Babel figuram na nossa tradição judaico-cristã: o de um conhecimento absoluto e o de uma comunicação universal.

É verdade que sobre os cacôs de Babel e a memória do Jardim do Éden, as comunidades científicas de todas as épocas fizeram das bibliotecas o último reduto dessa esperança indefinidamente adiada. Já neste século, em 1941, Jorge Luís Borges escreveu «A biblioteca de Babel», uma pequena ficção, que veio inspirar a biblioteca-labirinto do *Nome da Rosa*, domínio por excelência da cegueira e da perfídia de um bibliotecário chamado Jorge (um nome que é uma homenagem ao grande escritor argentino). Mas no texto de Borges, a biblioteca é já o computador moderno, uma espécie de máquina-universo (s/d: 125), que “existe ab aeterno” (*Ibid.*: 127) e cujo “número de símbolos ortográficos é de 25” (*Ibid.*: 128).

Nos anos 50, Vannaver Bush propôs-nos uma máquina chamada *memex*. Nessa máquina, poder-se-ia armazenar uma biblioteca de informação científica, a que depois poderíamos recorrer de forma hipertextual. O conceito de hipertexto relaciona-se sem dúvida com a ideia de associação que Vannaver Bush explora: “O espírito humano ... opera por associação. Com um item engatilhado, procede instantaneamente por associação de pensamentos, de harmonia com uma complexa teia de fios produzidos pelo cérebro” (*cit.* por J. Mourão, 1997:6). A noção de hipertexto designa ideias interligadas, associações, num novo espaço (o ciberespaço), criado pela sinergia mútua da informática e das telecomunicações. Trata-se de textos electrónicos, ligados por tiras de *software*. José Augusto Mourão (1997:6) adianta que confluem na noção de hipertexto “conceitos tão distantes como o são as redes neuronais, as classes abertas, a álgebra do pensamento (Hjelmslev), a plausibilidade, a arborescência, o fascínio do caos”. A ideia de hipertexto nasceu das experiências de Douglas Engbart, da Universidade de Stanford, e retira a sua designação dos trabalhos de Theodor H. Nelson, que nos dá aliás uma definição de hipertexto ainda hoje actual: “escrita não sequencial com ligações de leitura controladas”.

Pode dizer-se que a biblioteca de Babel figurada por Borges é a biblioteca universal hipertextual, que a digitalização e as telecomunicações tornam hoje possível. Universal, porque biblioteca virtual de todos os documentos guardados em todas as bibliotecas do mundo. A rede espalha-a, *urbi et orbi*, de modo que ela também existe em Braga; e está à nossa disposição na Universidade do Minho, através dos seus servidores.

Mas haveria mais do que “informação universal” nesta biblioteca. A passagem do domínio tipográfico, que é o domínio da reprodução teórica e do texto analógico, para a escrita electrónica, que representa o

texto num formato digital, assim configurando o hipertexto, implica várias deslocções. Uma, em relação à escrita. A Galáxia de Gutenberg não desaparece, mas é transposta para o suporte electrónico de *network*, o que também significa que passa a haver um dígito no uso das palavras. Outra deslocção dá-se com a crítica, na medida em que a teoria crítica e o hipertexto mantêm uma relação simultânea de continuidade e de separação (Mourão, 1997:2). Voltarei a estes aspectos mais adiante.

Quis fazer para a Universidade do Minho o exercício que António Fidalgo (1996: 44) fez para a Universidade da Beira Interior. Não foi ainda possível fazê-lo, nem mesmo limitá-lo ao Departamento de Ciências da Comunicação. Mas fica a sugestão como promessa para o futuro. Cingindo-me à UBI, assinalo que é uma universidade de pequena dimensão, que representa mais ou menos a terça-parte da Universidade do Minho. Em Abril de 1996, a média do tráfego ciberespacial, somando entradas e saídas, era de cerca de 30 000 *bits* por segundo, 3 *kilobytes*, o que representava cerca de 10 800 *kilobytes* por hora, de dia e de noite, incluindo sábados e domingos. Trata-se de um tráfego expressivamente composto por gráficos e por programas muito mais pesados do que simples textos. Para termos uma ideia do que isto significa, adianto que esta comunicação tem cerca de 30 kb e que um livro de 300 páginas, só de texto, tem aí uns 700 a 800 kb. Por outro lado, se nos fixarmos apenas no correio electrónico da UBI, a média do fluxo diário das mensagens que entram ou saem, com sábados e domingos incluídos, é de 2800 a 3000. A conclusão a tirar é a de que, mesmo numa pequena universidade do interior do país (com cerca de 4000 alunos e 300 docentes), a quantidade de informação que circula, através dos novos meios de informação, é incomparavelmente superior àquela que pode circular através dos livros e das revistas.

A ideia de um conhecimento universal, comunicado universalmente através das novas tecnologias informativas, pode não passar, no entanto, de um equívoco unanimizante e homogeneizador tanto sobre a natureza do conhecimento, como sobre a natureza da comunicação. Sê-lo-á, de facto, se escamotear as relações de poder, uma vez que nesse caso subverte a lógica específica do social. No sentido de tentar esclarecer este possível equívoco, vou desenvolver a hipótese de uma universalização da ciência poder ser interpretada como a manifestação de uma nova racionalidade, centrada nas relações de comunicação.

A reflexão que proponho tem, pois na comunicação o seu ponto de partida. Mas gostaria de precisar desde já que a razão comunicativa não se esgota na lógica da razão informativa. O imperativo tecnológico da teoria da informação, não pode dispensar o imperativo ético da racionalidade comunicativa. Com efeito, a razão do “outro” (Dussel, 1994) preside à participação e à comunicação do conhecimento. Como sugere Daniel Bougnoux (1993), é preciso “dar um corpo à comunidade”. Este vem a ser o primeiro ponto da minha reflexão, e a ele seguem-se mais dois.

Num segundo ponto gostaria de denunciar a utilização da ideia de comunicação pela razão liberal. No discurso não entra quem quer; entra quem pode, pelo que a comunicação não é uma ideia inocente. De facto, do que verdadeiramente se trata quando se fala de comunicação universal do conhecimento é da mobilização tecno-científica (electrónica) da comunidade científica para a competitividade no mercado.

Assim, contra a ideia inocente e idealista de comunicação, que reduz a Linguagem, por um lado a uma articulação informativa (em que a linguagem é signo e proposição), por outro a uma articulação argumentativa (em que a linguagem é acção intersubjectiva e a comunicação é interacção sem constrangimento)¹, proponho uma pragmática sociológica da comunicação, que encara a linguagem numa tripla dimensão: para além das dimensões informativa e argumentativa, a linguagem tem uma dimensão institucional, o que quer dizer que ela também é “palavra de ordem”. Neste enquadramento, a comunicação acontece sempre no interior de um campo de relações de força.

Finalmente, e esse será o terceiro ponto da minha reflexão, discuto, a traços rápidos, a comunidade ideal de comunicação, de inspiração neo-kantiana, o que me vai permitir um olhar “desencantado” (para falar como Max Weber), tanto sobre a universalização da ciência como sobre a universalização da comunidade científica. Olhar desencantado, tendo em ponto de mira a comunidade científica real, ou seja, a universidade.

Informação e comunicação

Não gostaria de inscrever a minha intervenção no coro das vozes que se levantam em alarido crescente contra as metodologias quantitativas, contra a erosão da presença do “outro” e contra a dissolução dos fundamentos do mundo moderno, diabolizando a técnica e dando mecha às cruzadas anti-tecnológicas, tecnófobas, avessas aos computadores. A minha profissão de fé é concordante com a de José Augusto Mourão, num texto recente sobre “uma poética do hipertexto”:

Estamos a abandonar a logósfera, reino do manuscrito, da escrita, e a entrar no admirável mundo da electrónica e dos hipermedia. Vai ficando para trás o mundo da representação, da presença e da edição crítica, com todos os mitos e rituais da escrita que nos precederam. Inexorável, emerge à nossa frente um Novo Mundo, cuja virtualidade e simulação, como espaço/não-espaço (utopia) temos de praticar (Mourão, 1997:1).

Começo, no entanto, por interrogar aquilo que chamo de racionalidade comunicativa, observando que ela não se esgota na lógica da razão informativa. A racionalidade informativa funda-se na relação entre um

locutor que utiliza uma expressão e um destinatário que a compreende. Este ponto de vista é por demais tributário de uma teoria da informação “ao serviço das companhias telefónicas” (Geninasca, 1991:12). De facto, a teoria matemática da informação de Shannon e Weaver preocupa-se, fundamentalmente, com a transmissão de mensagens, e especificamente com a neutralização e a compensação de ruídos. Não se preocupa com a interacção (entendida como interrelação de sujeitos concretos, com interesses precisos, em condições específicas de espaço e de tempo, o que quer dizer, seguindo as linhas de força de um determinado campo social). Em meu entender, é no desenvolvimento desta lógica informativa, formalista, tecno-instrumental, que se compreende a revolução informática, telemática e de digitalização interactiva, actualmente em pleno curso.

A racionalidade informativa apoia-se hoje, de facto, em sofisticados aparelhos, quer de captação de imagem e de teledetecção, quer de telecomunicação por ondas hertzianas, por cabo ou por satélite, e inunda o planeta com um fluxo contínuo e gigantesco de mensagens sonoras e visuais. No entanto, o esquema locutor-destinatário apresenta-se como uma mera razão instrumental universal, que apenas dá a ideia de trazer um novo fôlego à ideologia do processo. Tomemos como exemplo o mundo das organizações industriais e das tentativas feitas por Taylor, Ford e Fayol, no começo deste século, para o racionalizar. Dividindo o trabalho em tarefas concretas e mecanizando o operário na única tarefa que lhe atribua, o esquema da Organização Científica do Trabalho ajustava o homem à máquina, tendo em vista evitar as perdas de tempo. Podemos dizer, por analogia, que o esquema informativo vem agora ajustar o homem à tecnologia informativa, sendo seu propósito reduzir as perdas de mensagem. O paradigma informativo é assim um projecto de modernidade, um projecto racionalizador. Racionalizador do espaço e racionalizador do tempo.

Vejamos o caso seguinte. Talvez a principal característica da nossa modernidade seja o fenómeno da globalização do tempo (conhecer tudo mais depressa, conhecer tudo, já, conhecer tudo imediatamente). É ela que nos dá a ilusão da vizinhança global. E os principais factores de globalização do tempo talvez sejam a mobilidade da tecnologia e a mobilidade da informação, ao lado sem dúvida de outros factores, como a mobilidade dos transportes e a, mobilidade dos recursos económicos e financeiros².

As novas tecnologias da informação e as chamadas auto-estradas da informação constituem hoje os grandes ídolos da nossa modernidade. Ouvimos chamar-lhes “tecnologias limpas”, numa expressão que mistura a admiração e o deslumbramento. As tecnologias da primeira e da segunda revolução industrial conhecemo-las bem: são poluentes e procedem por desbaste (de montanhas, florestas, oceanos e rios). Não temos dúvidas a seu respeito. Quanto às novas tecnologias informativas, como que seriam exactamente o contrário: produziriam mensagens sonoras e visuais nas mais perfeitas harmonia ecológica e transparência humana.

¹ É Habermas (1987: 369) e Apel (1994:61) quem fala da dupla articulação complementar da fala (representacionista e pragmática). Quem por sua vez propõe uma comunicação sem constrangimento é Richard Rorty (1990). A sua obra *Science et solidarité. La vérité sans le pouvoir* sugere que há uma relação intersubjectiva (a verdade) sem a relação institucional (o poder).

A tese de que a computadorização produz a ideologia da transparência comunicacional e desencadeia o declínio das grandes narrativas e a crise de legitimidade (o que quer dizer, de autoridade) data de *La condition post-moderne*, de Jean-François Lyotard. Gianni Vattimo (1991:12), entretanto, introduz aqui uma *nuance*: as novas tecnologias da informação caracterizam esta sociedade não como mais transparente, nem como mais consciente de si ou mais iluminada, mas como uma sociedade mais complexa, até caótica, sendo precisamente neste relativo caos que residem as nossas esperanças de emancipação.

Há, é verdade, uma mudança radical na nossa cultura ao deslocar-mo-nos dos átomos para os *bits*. Paul Virilio caracteriza esta deslocação como a passagem “do espaço da matéria ao tempo da luz”. O que quer dizer que há uma desmaterialização da relação homem-máquina. Esta desmaterialização contraria a nossa visão da violência, tradicionalmente centrada na carne e no sangue. Mas não dissolve a violência. Nem a supera. Não há, de modo nenhum, transparência humana nem harmonia ecológica na racionalidade informativa. Não há o retorno a um “novo humanismo”.

Gostaria de me ater, por uns momentos, a este “tempo da luz” e à sua violência “desmaterializada”, interrogando, a título ilustrativo, a natureza da mensagem televisiva³. É minha ideia que a mensagem é um efeito de visibilidade mediática, que impõe a exclusão e que procede por desbaste. Penso que a mensagem é o outro nome da notícia, o outro nome da actualidade, o outro nome da informação. E supõe um processo de escolha, de selecção, que desbasta e exclui. A mensagem é uma estrela que nos ofusca e nos faz cegos na terra dos homens (cegos à exclusão e à desbastação). Digo que a mensagem é uma estreia reverberante que nos deslumbra e cega. E com efeito, notícia é Versace, Christian Dior, Valentino, e mais duas dúzias de criadores de moda. Notícia é Cláudia Schiffer, Elle Mcpherson, Naomi Campbell, e mais outras tantas dúzias de top models. Notícia é Ronaldo, George Weah, Luís

² Com inspiração nas muito em vossa correntes pragmatistas da filosofia e da teoria social, tem-se valorizado ultimamente a acção diferenciada dos indivíduos e dos grupos em contextos específicos de vida social. Penso todavia, que esta visão contextualizada do tempo (de que Giddens tem sido um incansável cultor) longe de contrariar a ideia de um tempo homogéneo, convive com ela. Assim se compreende que Roger Sue (1991:176), por exemplo, possa falar de um tempo estruturante ou tempo-*pivot*, afinal de um tempo dominante, que de algum modo expressaria os valores e símbolos de um dado sistema social. Neste sentido, após o “tempo sagrado” das sociedades primitivas, o “tempo religioso” medieval e o “tempo de trabalho” da modernidade, o “tempo livre” constituiria o tempo-*pivot* das nossas sociedades pós-industriais, um verdadeiro símbolo da era pós-moderna.

Não estou no entanto convencido, e é nesse sentido que vou argumentar, que o “tempo livre” seja o tempo dominante da nossa era. Em meu entender, o tempo livre é o tempo dos excluídos do sistema. E se tomarmos o lazer pelo tempo livre, podemos assinalar, com Michael Dertouzos (1996:119), que ele não vai representar mais do que 8% a 10% do total da actividade na sociedade da informação, afinal de contas o mesmo que representa hoje no total da actividade económica do mundo industrializado. Procurarei esclarecer mais adiante este aparente paradoxo.

³ É Gianni Vattimo (1991:10) que inclui os *mass-media* nas novas tecnologias da informação. Trata-se, no entanto, de um ponto de vista discutível. Pierre Levy, por exemplo, entende que a televisão e o telefone são de natureza diferente das novas tecnologias ciberespaciais. Nestas, a comunicação deixaria de ser entre dois e o receptor não seria passivo.

Figo, e mais uns tantos futebolistas. Notícia é Belmiro de Azevedo, Américo Amorim, Stanley Ho, e não muitos mais empresários (neste último exemplo, cinjo-me, por comodidade, ao caso português).

A notícia parasita e vampiriza a esperança de populações inteiras. A notícia desbasta o sonho de populações inteiras. Alimenta-se de todos nós que sonhamos com o caminho das estrelas, sem nada sabermos da usurpação, da confiscação e da desbastação. E depois, os centros difusores das notícias constituem uma restrita oligarquia. Os dois principais bancos de imagens alimentam a quase-totalidade das estações de televisão do mundo. Mais de três quartos das informações da imprensa emanam apenas de cinco agências activas no plano mundial (*Associated Press, United Press International, Reuter, France Press e Tass*).

Diz-se que gerir informações é gerir poder. E com razão, porque gerir informação é gerir o tempo das pessoas, é ser seu guardião, é “colonizar-lhes o espírito”, na expressão de Edgar Morin (1983). Nesta medida, as novas tecnologias da informação são instrumentos de dominação⁴.

Pode dizer-se também que o fenómeno da globalização do tempo vai a par com o fenómeno da inversão do seu conceito. Para dar apenas um exemplo de inversão do conceito de tempo, veja-se o modo como pobres e ricos viveram no passado a temporalidade e como é que a vivem hoje. Assim, podemos afirmar pacificamente que o estilo de vida dos verdadeiros ricos do nosso tempo não é nada que se compare com o estilo de vida dos ricos de antigamente. Sempre a correr de aeroporto em aeroporto, a uma velocidade cada vez mais vertiginosa. conectados em permanência com as bolsas de Nova Iorque, Tóquio, Frankfurt, Londres e Paris, os nossos grandes homens de negócios não têm tempo para nada nem para ninguém. A pressa impede-os de ver os outros; e assim, fazem um caminho solitário. Escravos do tempo que não têm, dir-se-ia que constituem a prova clamorosa de um crime de confiscação e usurpação do tempo.

Não era assim antigamente. Rico era aquele que tinha todo o tempo do mundo. E com todo o tempo que tinha, podia gozar os prazeres da vida, conviver com os seus iguais ... podia mesmo ser generoso.

Com os pobres deu-se um processo inverso. Trabalhando de sol a sol, e também pela noite dentro, com uma prole numerosa para sustentar, o pobre não tinha tempo para nada. A sobrevivência era para si um pesado e absorvente encargo. O que não acontece hoje. Ao pobre sobra-lhe agora o tempo todo, para morrer aliás a todo o momento. E é um eufemismo falar de “bolsas de pobreza”, porque os pobres são uma multidão que alastra assustadoramente no mundo. As ciências sociais criaram, em sua intenção, a categoria de excluídos. Excluídos da vida. Excluídos dos circuitos do progresso.

⁴ Mais cáustico do que Edgar Morin, Eduardo Subirats (1996:45) fala do “significado colonizador dos meios electrónicos de comunicação e do seu novo universalismo”: a utopia mediática de uma nova consciência planetária, como última metamorfose da *orbis christiana*, à sombra da qual se implantam os imperialismos da história moderna.

Em síntese, podemos dizer que a racionalidade tecnológica anula ou compensa ruídos, ajusta o homem à máquina de maneira a evitar perdas de mensagem; a racionalidade tecnológica globaliza o tempo, impõe a ilusão de uma vizinhança global: banaliza todas as misérias deste mundo, ofusca-nos com o brilho de sonhos que nos vampirizam a alma, produz o conformismo.

Era Borges quem escrevia na sua «Biblioteca de Babel»: receio que “a espécie humana – a única – esteja quase a extinguir-se, e que a Biblioteca perdure: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, recheada com volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta” (p. 137).

Iluminada, solitária, infinita. Inútil, incorruptível, secreta. É verdade que a ideia de Borges tem muitos contraditores. Não falta quem entenda que a nova cultura de uma escrita transportada pela electricidade é pública e profana. Ao entrar na Internet pelo écran digital, a nova escrita ter-se-ia libertado do Templo, do cânone e das autoridades, furtando-se à legalidade da instituição. E seria interactiva: a nova escrita electrónica não seria meramente informativa; seria também interactiva: Seria escrita de movimento, de engendramento, de transformação: múltipla, pública, espectacular, imaterial. No ciberespaço hipertextual. a escrita conteria a sua própria transformação visual e emocional⁵.

Mas nesta imaterialidade da luz, nem a nova escrita, nem a nova comunidade informativa têm um corpo real, o tempo do “outro”, a exigência ética. Talhada à medida cognitivo-instrumental e própria da filosofia da consciência, a racionalidade informativa é uma “racionalidade teleológica”, que dispensa a “razão comunicacional”, ou seja, o carácter argumentativo da racionalidade. e nessa medida. o moralmente prático e o esteticamente expressivo (Habermas, 1990:291). Hoje, não há limites que possamos erguer contra a capacidade de fazer o imperativo tecnológico legitima-se pela potência. E não é excessivo dizermos, neste contexto, que a racionalidade informativa tecnológica alimenta um designio de homogeneização universal, impondo ao planeta uma razão macrocéfala e total.

Termino rapidamente a minha reflexão, dizendo duas coisas mais: uma sobre a espúria associação da comunicação e da razão liberal; outra sobre os limites da comunicação na nossa actual comunidade científica.

A razão liberal e a comunicação

O meu ponto de vista não se satisfaz com uma petição de princípio. É meu entendimento que não é suficiente invocar a função argumentativa de todo o processo de comunicação. Não basta insistir, na esteira de Jurgen Habermas (1987:330-331) e de Karl-Otto Apel (1988:581), na pretensão pública à validade da minha fala; pelo facto de partilhar com uma comunidade universal de comunicação a significação linguística e de participar num jogo de linguagem, apesar da particularidade das

⁵ Ver, á este propósito, José Augusto Mourão (1997) e François Pichault (1990).

“minhas” intenções de significação. Habermas e Apel apresentam-nos apenas as razões transcendentais da comunicação, que precedem logicamente qualquer relação de comunicação concreta. O verdadeiro cons-trangimento da significação não está, no entanto, nas exigências da relação transcendental de comunicação, de inspiração kantiana. Está sim nas exigências da comunicação real, concreta. Está nas relações de força simbólica de falantes que exprimem interesses concretos, em situações concretas de espaço e de tempo, de acordo com as suas assimétricas posições, no interior de um dado campo social.

O segundo ponto da minha reflexão começa assim com um reparo à razão comunicativa (universal) de Habermas e Apel. Mas o reparo fundamental que gostaria de fazer não o dirijo propriamente à “ética da comunicação”. Dirijo-o antes a uma ideia de comunicação que é cúmplice da razão liberal, uma vez que supõe a participação livre no discurso, como se este fosse um espaço aberto a quem nele quisesse entrar, com a única condição de exibir suficiente talento e mérito.

É com efeito convicção minha que a ideia de comunicação está hoje ao serviço da razão liberal. Quando se fala, por exemplo, de participação no trabalho, de cultura e de identidade nas empresas, enfim, de comunicação nas organizações, do que geralmente se trata é da mobilização dos trabalhadores para a competitividade no mercado. O mercado sim é que é lei, e não as efectivas relações de comunicação, exercidas nas condições concretas de um dado campo social. Efectivas relações de comunicação, ou seja, o acolhimento de uma comunidade de corpos reais, onde o tempo do “outro” se impõe como uma exigência ética.

Ora, é verdade que o mercado, enquanto razão liberal, levanta muitas dúvidas. O mercado tem de medir-se com a(s) crise(s) da razão, nomeadamente com a crise da razão histórica, que vê hoje denunciada a pretensão de fundar a sua legitimidade num projecto de emancipação de toda a humanidade pela ciência e pela técnica. Tem de medir-se com a crise dos valores e do sujeito, o que também quer dizer, medir-se especificamente com Nietzsche, Freud e Heidegger, entre outros. Tem de medir-se enfim com os efeitos de poder que acompanham o desenvolvimento das técnicas.

Enquanto razão liberal, o mercado é uma razão em crise. E o conceito de comunicação está hoje alienado pela competitividade, o que permite que toda a gente possa invocá-lo sem colisão, como se a realidade social não tivesse os seus direitos, isto é, como se ela não tivesse uma “lógica específica”, que é uma lógica de poder.

Assim, o espectáculo a que assistimos hoje é o de vermos toda a gente, patrões e operários, quadros administrativos e quadros técnicos, quadros superiores e quadros intermédios, chefias e subordinados, e mesmo professores, alunos e funcionários, dissolver-se, pacífica e comodamente, através da ideia de comunicação, na homogeneidade corporativa de uma organização.

E é caso para desconfiarmos de tamanha bem-aventurança consensual⁶.

Da comunidade ideal de comunicação à comunidade científica real

Houve um tempo, não assim tão remoto, em que foi possível falar de “missão eterna” e de “objectivos permanentes” da Universidade. Nesse tempo, a ideia de verdade organizava regidamente a vida dos homens como origem e fim de uma história de sentido.

Num mundo assim, o principal objectivo da Universidade era a investigação, porque a verdade só a alcança quem a procura sistematicamente. Mas a verdade era muito mais do que a ciência, e a Universidade tirava daí um segundo objectivo: servir a cultura. mostrando-se capaz de educar o homem no seu todo. E depois, a verdade transmite-se, pelo que a Universidade tinha que se consagrar ao ensino. Até o ensino das profissões era ordenado pelo princípio de uma formação integral.

Mas a procura incondicional da verdade não faz já o nosso género. É a razão liberal que reina agora todo-poderosa. A razão liberal, aquilo a que Lyotard (1993:171) chama simplesmente o sistema. E o sistema, se não permite a paz, garante a segurança; se não promete o progresso, garante o crescimento. Por que meios, perguntar-se-á. Pelo mercado e pela competição, o sistema não tem outros.

A regra da competição total inscreve-se no mesmo registo do mundo raso da troca total, sujeito ao princípio da moeda, equivalente geral de toda a mercadoria, bens, corpos e almas. No sistema, a competição sujeita-se ao princípio do consenso, equivalente geral de toda a opinião. E assim, no sistema todos somos pragmáticos, realistas, gente com os pés bem assentes na terra. Todos temos uma opinião sobre tudo e não há opiniões que valham umas mais do que as outras. Não que não possa haver uma opinião diferente. Aliás, o sistema encoraja-a. Simplesmente, até a diferença deve servir o consenso. Produzida segundo as regras estabelecidas, é no próprio sistema que a diferença acaba naturalmente integrada. “Íntimo é o terror”, dirá Lyotard (1993).

A legitimidade do sistema radica na sua capacidade de auto-construção. E a Universidade não foge a esta regra. Claro que deste direito pelo facto resultam algumas dificuldades. Por exemplo, na formulação das finalidades do trabalho académico. À Universidade assusta-a a perda de centralidade social. Assusta-a aquilo que Boaventura Sousa Santos (1989) diagnosticou como crise de legitimidade, crise de hegemonia e crise institucional.

Crise de legitimidade, porque a Universidade não serve já a mobilidade social, sendo limitado o seu contributo para a democratização do

país. Crise de hegemonia, porque o discurso científico, sendo apenas um discurso entre outros, não pode erigir-se em tribunal da razão. Crise institucional, enfim, porque a Universidade se mostra incapaz de responder à pressão das exigências sociais.

Perda de centralidade. Crise. E é então que as políticas correm o sério risco de se confirmarem a meras estratégias de gestão (Miranda, 1997). E do mesmo modo, as exigências do crescimento tendem a opor-se a todas as razões que não as tecno-instrumentais.

Num mundo assim, em que a revisão permanente tomou o lugar da visão outra, a alternância o da alternativa, a razão informativa o da razão comunicativa, o imperativo tecnológico o do imperativo ético, as estratégias ganhadoras, ditas de “sucesso”, garantem a saúde do sistema. Mesmo que um sistema de “sucesso” seja o silêncio das partes. O sistema cala o ruído; em todo o caso, vigia-o bem.

Antes de concluir a minha reflexão, regresso às novas tecnologias da informação com uma referência última, desta vez irónica. Num documento recente, elaborado por Licínio Pereira (1997) e apresentado ao Senado da Universidade do Minho, é sugerida uma estratégia de internacionalização da Universidade na base das seguintes ideias-força: a revolução digital ameaça tornar obsoleto o professor-actor; a globalização condiciona a competição no mundo universitário (as melhores universidades atraem os melhores alunos e os melhores professores, pelo que saem consolidados e fortalecidos os melhores projectos, enquanto que os fracos desaparecem); o paradigma da sociedade do conhecimento desactualiza rapidamente a formação tradicional, sendo agora mais importante adquirir fundamentos, metodologias e capacidades geradoras de uma cultura de mudança e de criatividade, do que aprender sem empreender. Nestas circunstâncias, tem boas hipóteses de ganhar o desafio da internacionalização quem, por exemplo, liderar na informática e “agarrar a oportunidade dos produtos multimédia”. Na perspectiva em que me coloco, este entendimento significa três coisas: 1) a informação dispensa a comunicação; 2) é tornando-nos escravos do tempo que evitamos a exclusão; 3) o pragmatismo contraria a cultura.

Bibliografia

- ALTER, Norbert; “Désordre et réussite en entreprise”, Norbert Alter (Org.), *Informatiques et management: la crise*, Documentation Française, Paris, 1986.
- APEL, Karl-Otto; “La rationalité de la communication humaine dans la perspective de la pragmatique transcendantale”, *Critique*, n. 493/494, 1988, pp. 579-603.
- APEL, Karl-Otto; *Le logos propre au langage humain*, L’Éclat, Cahors, 1994.
- BAUTISTA, Juan José; “De la comunidad ideal de comunicación a la comunidad real de comunicación”, Henrique Dussel (org.). *Debate en torno a la ética del discurso de Apel*, Siglo Veintiuno de España Ed., Madrid, 1994, pp. 90-97.
- BORGES, Jorge Luís. s. d.; “A biblioteca de Babel”. Georges Gharbannier (Org.), *Entrevistas com Jorge Luís Borges*, Início, Lisboa, 1941, pp. 125-138.
- BOUGNOUX, Daniel; *Sciences de l’information et de la communication* (Textes essentiels), Larousse, Paris, 1993.

⁶ Sobre a apropriação pela razão liberal do conceito de cultura e de comunicação nas organizações, vejam-se os artigos: “Vontade e representação no discurso. A cultura organizacional como modo de enunciação” (Martins, 1997) e “O conceito de poder em Foucault e as horas difíceis da participação” (Martins e Neves, 1997).

- COSTA, M. Silva, NEVES, José; "Novas tecnologias e organizações administrativas: um estudo empírico" (Comunicação apresentada ao IIIº Seminário Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Julho de 1994, Lisboa, 12 pág. dactilografadas).
- DETOUZOS, Michael; A.A. V.V., *La sociedad de la información. Amenazas y oportunidades*, Ed. Complutense, Madrid, 1996.
- DUSSEL, Henrique; "La razón del otro. La 'interpelación' como acto-deable", Henrique Dussel (org.), *Debate en torno a la ética del discurso de Apel*, Siglo Veintiuno de España Ed., Madrid, 1994, pp. 55-89.
- FIDALGO, António; "Os novos meios de comunicação e o ideal de uma comunidade científica universal", Xº Aniversário da Universidade da Beira Interior, UBI, Covilhã, 1996, pp. 37-47.
- FUNK, Howard e ESTEBAN, Juan Antonio; *Autopistas de la información. El rero del siglo XXI*, Ed. Complutense, Madrid, 1996.
- GEN'INASCA, Jaques; "Du texte au discours littéraire et à son sujet", *Nouveaux Actes Sémiotiques* ("Le discours en perspective"), Université de Limoges, 1991, pp. 9-34.
- HABERMAS, Jürgen; "Signification de la pragmatique universelle", *Logique des sciences sociales et autres essais*, PUF, Paris, 1987 (1976), pp. 329-411.
- HABERMAS, Jürgen; "Aporias de uma teoria do poder", *O discurso filosófico da modernidade*, Dom Quixote, Lisboa, 1990, pp. 251-273.
- LEVY, Pierre; *A máquina universo: criação, cognição e cultura informática*, Instituto Piaget, Lisboa, 1995 (1987).
- LYOTARD, Jean-François; "Intime est la terreur", *Moralités postmodernes*, Galilée, Paris, pp. 171-184.
- MARTINS, Moisés de Lemos; "Vontade e representação no discurso. A cultura organizacional como modo de enunciação", *Actas do VIII Seminário Ibero-americano do RC 10 da Associação Internacional de Sociologia*, I vol., Cadernos do Noroeste, Braga, 1997, pp. 215-225.
- MARTINS, Moisés e NEVES, José, "O conceito de poder em Foucault e as horas difíceis da participação", *Comunicação apresentada ao IX Seminário Ibero-americano do RC 10 da Associação Internacional de Sociologia*, inédito, 12 pág. dactilografadas, Canárias, 1997.
- MIRANDA, José Augusto; *Modernidade e política. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Colibri, Lisboa, 1997.
- MORIN, Edgar; *L'esprit du temps*, Grasset, Paris, 1983 (1962).
- MOURÃO, José Augusto; "Para uma poética do hipertexto" (inédito, 14 páginas dactilografadas), 1997.
- PEREIRA, Licínio; *Política de internacionalização da Universidade do Minho*. Documento orientador para uma abordagem estratégica de internacionalização Universidade do Minho, Senado, 27 de Janeiro, 1997.
- PICHAULT, François; *Le conflit informatique. Gérer les ressources humaines dans le changement technologique*, De Boeck Université, Bruxelas, 1990.
- RORTY, Richard, "Y a-t-il un universel démocratique? Priorité de la démocratie sur la philosophie", M. W., *L'interrogation démocratique*, Centre Georges Pompidou, Paris, 1987.
- RORTY, Richard; *Science et solidarité. La vérité sans le pouvoir*, Éd. de l'Éciat, Cahors, 1990.
- SANTOS, B. Sousa; "A Universidade na pós-modernidade", *Jornal de Letras*, 31 de Outubro, 1989.
- SUBIRATS, Eduardo; "La colonización de los signos", *Litoral*, 2 (Maio-Junho), México, 1996.
- SUE, Roger; "De la sociologie des loisirs à la sociologie des temps sociaux", *Sociétés*, nº 32, Dunod, Paris, 1991, pp. 173-181.